

CGN BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

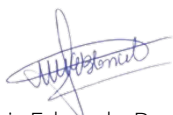
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.355	33.706	Fornecedores	11	41.561	10.783
Contas a receber de clientes	8	40.587	13.788	Obrigações sociais e trabalhistas		841	580
Contas a receber de partes relacionadas	10	6.362	-	Obrigações fiscais		214	68
Tributos e contribuições a compensar		2.224	1	Dividendos a pagar	10	1.274	286
Contratos futuros de energia	9	59.943	7.808	Contas a pagar à partes relacionadas	10	498	1.561
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	652
				Contratos futuros de energia	9	59.245	3.188
Total do ativo circulante		130.472	55.303	Total do passivo circulante		103.633	17.117
Tributos e contribuições a compensar		3.841	996	Contratos futuros de energia	9	63.400	9.263
Contratos futuros de energia	9	78.250	2.342	Tributos diferidos		10.455	1.275
				Total do passivo não circulante		73.855	10.538
Total do ativo não circulante		82.091	3.338	Capital social		30.000	30.000
				Reserva legal		333	65
				Reserva de lucros		4.742	920
				Total do patrimônio líquido	12	35.075	30.985
Total do ativo		212.563	58.641	Total do passivo e patrimônio líquido		212.563	58.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		2024	2023
Receita líquida de venda de energia	13	259.896	65.264
Custo do serviço de energia	14	(266.281)	(61.718)
Resultado contratos futuros de energia	9	16.410	(2.300)
Lucro operacional bruto		10.024	1.245
Despesas gerais e administrativas	14	(5.928)	(2.557)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	3.379	2.386
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		7.476	1.074
Despesas financeiras	15	(38)	(58)
Receitas financeiras	15	3.188	2.454
Resultado financeiro líquido		3.150	2.395
Resultado antes dos impostos		10.626	3.469
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	(2.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(5.262)	-
Lucro líquido do exercício		5.364	1.232
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1788	0,0411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.364	1.232
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.364</u>	<u>1.232</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.000	3	43	-	10.046
Integralização de capital	12.a	20.000	-	-	-	20.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.232	1.232
Constituição da reserva legal	12.b	-	62	-	(62)	-
Dividendos mínimo obrigatório	12.c	-	-	-	(293)	(293)
Reserva de lucros	12.c	-	-	878	(878)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		30.000	65	920	-	30.985
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.364	5.364
Constituição da reserva legal	12.b	-	268	-	(268)	-
Dividendos mínimo obrigatório	12.c	-	-	-	(1.274)	(1.274)
Reserva de lucros	12.c	-	-	3.822	(3.822)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.000	333	4.742	-	35.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		5.364	1.232
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	2.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	5.262	-
Contratos futuros de energia	9	(16.410)	2.300
		(5.784)	5.770
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(26.800)	(13.788)
Tributos e contribuições a compensar		(5.068)	(997)
Partes relacionadas	10	(7.425)	1.561
Fornecedores	11	30.778	10.783
Obrigações sociais e trabalhistas		261	580
Obrigações fiscais		1.053	(118)
Tributos diferidos		2.479	1.275
		(10.505)	5.067
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(10.505)	5.067
Impostos pagos sobre o lucro		(1.559)	(1.429)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(12.065)	3.638
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos		(286)	(21)
Integralização de capital	12	-	20.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(286)	19.979
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(12.351)	23.617
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		33.706	10.089
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		21.355	33.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A. (“CGNBC” ou “Companhia”), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 26 de outubro de 2022, e tem como objeto social a (i) compra e venda de energia elétrica convencional e incentivada, (ii) importação de energia elétrica, (iii) comercialização de créditos de carbono, (iv) prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica, (v) prestação de serviço de intermediação entre compradores e vendedores de energia elétrica, (vi) representação de agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para os processos de adesão, modelagem, registro de medição; (vii) e realização de leilões de compra para consumidores finais e leilões de venda para geradores e comercializadores de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em outubro de 2022, no entanto somente iniciou as operações comerciais (compra e venda de energia) em maio de 2023.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2025. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 09** – Contratos futuros de energia (determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- **Nota explicativa 19** – Compromissos contratuais (determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Reconhecimento da receita contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da comercialização de energia é registrada com base na energia comercializada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2024 e 2023, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iv) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

f. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de compra e venda de contratos de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Mantido para recebimento e venda A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para recebimento e venda.

Mantido para negociação A Companhia possui contratos futuros de energia mantidos para negociação.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Instrumentos financeiros - marcação a mercado

A Companhia centraliza as transações de compra e venda de energia para atender seu o objetivo principal que é comercialização de energia elétrica no Mercado Livre de Energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como instrumentos financeiros de marcação a mercado segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o contrato é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo do contrato é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício.

h. Mudança nas políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 18 (R3) em conjunto com o ICPC 09 - Propõe ajustes de redação e atualização de referências normativas com os padrões internacionais do IASB;
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02) - Definição do conceito de moeda conversível e estabelece procedimentos para o tratamento de moedas não conversíveis;
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	3	10
Aplicações financeiras (i)	<u>21.352</u>	<u>33.696</u>
	<u>21.355</u>	<u>33.706</u>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI no período.

8 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber	<u>40.587</u>	<u>13.788</u>
	<u>40.587</u>	<u>13.788</u>

A Companhia apurou os devidos valores com base nas informações dos contratos de venda de energia relativos ao mês de dezembro de 2024 e com vencimento em janeiro de 2025.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Contratos futuros de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho ou perda para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo, segregando ganhos no ativo, e perdas no passivo.

	2024		2023	
Comercialização de energia	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Marcação a mercado dos contratos - Circulante	59.943	(59.245)	7.808	(3.188)
Marcação a mercado dos contratos - Não Circulante	78.250	(63.400)	2.342	(9.263)
Total de ganhos (perdas)	138.193	(122.645)	10.150	(12.451)
Valor justo de marcação a mercado dos contratos		15.548		(2.300)
Pis e Cofins diferido		(1.438)		-
Valor justo líquido		14.110		(2.300)

10 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2024	2023
Ativo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	6.362	-
	6.362	-
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	498	1.561
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (c)	1.274	286
	1.772	1.847

- (a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas referem-se à prestação de serviço.
- (b) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
- (c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2024 e 2023 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

11 Fornecedores

Os saldos referem se a provisão de compras de energia nos quais o mês de suprimento é dezembro de 2024 e as notas fiscais as quais serão faturadas/emitidas em janeiro de 2025.

	2024	2023
Fornecedores nacionais	41.561	10.783
	<u>41.561</u>	<u>10.783</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 30.000 dividido em 30.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2024	2023
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	30.000	30.000

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (“Grupo CGN Brasil”) que detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.364	1.232
Constituição de reserva legal - 5%	268	62

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.364	1.232
Constituição de reserva legal - 5%	(268)	(62)
	<u>5.096</u>	<u>1.170</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	(1.274)	(293)
Lucros retidos	<u>3.822</u>	<u>878</u>

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído

Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

13 Receita líquida de venda de energia

	2024	2023
Receita bruta de venda de energia	286.132	72.171
(-) PIS / COFINS	(26.236)	(6.907)
	259.896	65.264

14 Gastos por natureza

	2024	2023
Custo do serviço de energia	(266.281)	(61.718)
Despesas gerais e administrativas	(5.928)	(2.557)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.379	2.386
	(268.830)	(61.889)
Encargos de transmissão e conexão	(123)	(12)
Compra de energia	(265.080)	(61.706)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.088)	(1)
Despesa com pessoal	(5.406)	(2.424)
Serviços de terceiros	(89)	(93)
Aluguel	(1)	-
Outras despesas administrativas	(78)	(2)
Viagens e estadias	(52)	-
Outros	3.087	2.347
	(268.830)	(61.889)

15 Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Despesas bancárias	(2)	(2)
IOF	(35)	-
Juros e multas de mora	-	(56)
Total das despesas financeiras	(38)	(58)
Receita de aplicação financeira	3.188	2.454
Total das receitas financeiras	3.188	2.454
Resultado financeiro líquido	3.150	2.395

16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro real

	2024	2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL	10.626	3.469
(+) Adições	-	3.166
(-) Exclusões	(12.767)	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(2.141)	6.635
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	-	1.596
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	-	641
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	2.237
<i>Taxa efetiva</i>	-	33,72%

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferido

	Base de cálculo		Saldo líquido no balanço	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social				
Contratos futuros de energia	15.548	-	5.262	-
	15.548	-	5.262	-

17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil na rubrica de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	2024			2023		
	Valor contábil	Valor justo		Valor contábil	Valor justo	
	Custo amortizado (*)	Nível 2	Nível 3	Custo amortizado (*)	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	3	-	-	10	-	-
Aplicações financeiras	-	21.352	-	-	33.696	-
Contas a receber de clientes	40.587	-	-	13.788	-	-
Partes relacionadas (nota 10)	6.362	-	-	-	-	-
Contratos futuros de energia (**)	-	-	59.943	-	-	7.808
Não circulante						
Contratos futuros de energia (**)	-	-	78.250	-	-	2.342
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	41.561	-	-	10.783	-	-
Partes relacionadas (nota 10)	1.772	-	-	1.847	-	-
Contratos futuros de energia (**)	-	-	59.245	-	-	3.188
Não circulante						
Contratos futuros de energia (**)	-	-	63.400	-	-	9.263

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

(**) Valor justo por meio do resultado.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses

preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 3 para instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Contratos de compra e venda de energia	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera a diferença entre o valor dos preços dos contratos futuros de energia e o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	• Fluxo de caixa esperado de compras e vendas conforme nota 19. • Preços futuros de contratos de compra e venda e energia; e • Taxa média de desconto ajustada ao risco.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: • O fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); • Os preços futuros dos contratos de compra e venda e energia fossem maiores (menores); ou, • A taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).

18 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	2024	2023
Aplicações financeiras	21.352	33.696
Contas a receber de clientes	40.587	13.788
Contratos futuros de energia	138.193	10.150

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2024	2023
Fornecedores	41.561	10.783
Contratos futuros de energia	122.645	12.451

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2024	2023
Ativo		
Aplicações financeiras	21.352	33.696
Contratos futuros de energia	138.193	10.150
Passivo		
Contratos futuros de energia	122.645	12.451

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	21.352	Redução do CDI (*)	1.946	1.297
Contratos futuros de energia - Ativo	138.193	Redução do IPCA (**)	5.006	3.337
Contratos futuros de energia - Passivo	122.645	Aumento do IPCA (**)	7.405	8.886

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

(**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	33.696	Redução do CDI (*)	2.944	1.963
Contratos futuros de energia - Ativo	10.150	Redução do IPCA (**)	297	198
Contratos futuros de energia - Passivo	12.451	Aumento do IPCA (**)	607	728

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

(**) Os índices de IPCA considerados foram de 3,90% a.a.

19 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os compromissos por obrigações de compras e vendas (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

31 de dezembro de 2024				
	Total geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos
Obrigações de compra	741.587	221.302	308.843	211.442
Obrigações de venda	818.345	237.628	303.816	276.901

31 de dezembro de 2023				
	Total geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos
Obrigações de compra	47.806	30.165	17.641	-
Obrigações de venda	150.129	50.756	87.703	11.670

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia.

As obrigações de compra e venda incluem essencialmente responsabilidades relacionadas a contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e resumem as operações a preço fixo.

* * *

Ricardo Rossini Daelli
Diretor

Li Li
Diretor

Raffael Ubarana Mohamed
Contador CRC RJ – 077398/O